



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO 27/2018 - ELETRÔNICO

PROCESSO SEI 0012832-92.2018.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão TCU-Plenário 754/2015** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, doravante denominado **TRE/SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Variante 2, Lote 7, bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju - SE, CNPJ: 06.015.356/0001-85, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO, EXCLUSIVAMENTE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria TRE/SE n.º 606/2017, de 19 de junho de 2017, e regida pela Lei 10.520, de 17/7/2002, pelo Decreto 5.450/2005, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006, pelos Decretos 8.538, de 6/10/2015, e, subsidiariamente, pela Lei 8.666, de 21/6/1993, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE COMBATE A INCÊNDIO, PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA E SUAS APROVAÇÕES JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE**.

Este Pregão será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR LOTE** e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, Grupo Natureza de Despesa (GND) - Outras Despesas Correntes.

A sessão pública, com o uso de recursos de tecnologia da informação, ocorrerá às **9 H (nove horas), HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF, DO DIA 9 DE JULHO DE 2018**, através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de combate a incêndio, pânico e de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA e suas aprovações junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe**, conforme especificações descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.1.2 Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Instrumento convocatório.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

2.3 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresários cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.5.2 Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, a partir de **26 de JUNHO de 2018**, dia da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, Seção 3, até o dia **9 de JULHO de 2018**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>).

- 3.1.1** Até a abertura da sessão pública na internet, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 3.2** O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 3.3** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>) durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.4** Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:
- 3.4.1** Preços, em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I - Termo de Referência e inclusive os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.
- 3.4.2** Especificações do objeto e prazos conforme Anexo I - Termo de Referência e cláusulas primeira e quinta deste Edital.
- 3.4.2.1** O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do Anexo I - Termo de Referência.
- 3.4.2.1.1** É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.
- 3.4.2.1.2** Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.
- 3.4.3** Abrangência de todos os itens do **lote**.
- 3.4.4** A declaração firmada no campo próprio de que atende os requisitos do art. 3º, I ou II da Lei Complementar 123, de 14/12/06, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos na referida Lei.

CLÁUSULA QUARTA
FORMA DE HABILITAÇÃO

- 4.1** O licitante, para habilitar-se, deverá apresentar os seguintes documentos:
- 4.1.1** Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da administração pública ou, na sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:
- 4.1.1.1** Registro comercial, no caso de empresário.
- 4.1.1.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.1.1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 4.1.1.4** Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.
- 4.1.1.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital.
- 4.1.2** Prova de regularidade para com as fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos e contribuições federais e certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da dívida ativa da união) e municipal, do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.3** Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).
- 4.1.5** Prova de registro junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertençam o licitante e os responsáveis técnicos por ele indicados, o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física ou de Relatórios atinentes à empresa e ao profissional, emitidos via consulta ao site do Conselho Profissional correspondente.
- 4.1.6** Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, demonstrando que a execução de projetos contempla as condições abaixo estabelecidas:

Serviço	Área
Projeto de Prevenção e Combate a incêndio e Pânico	5.000,00 m²
Projeto de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	5.000,00 m²

- 4.1.6.1** A comprovação de aptidão referida no item **4.1.6** será feita mediante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** devidamente registrado(s) no CREA, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do profissional de nível superior reconhecido pelo mencionado Conselho; ou por **certidões de acervo técnico – CAT(S)**, igualmente emitida(s) pelo CREA, devendo constar, em quaisquer dos documentos, no mínimo, as características e a área dos serviços realizados.
- 4.1.6.1.1** Em função da complexidade técnica derivada da diversidade de prédios e das amplas dimensões do complexo correspondente à sede do TRE/SE, não será admitida a soma de atestados para fins de atendimento à exigência estabelecida no item **4.1.6** (área de 5.000,00 m²), **podendo a comprovação ser efetivada mediante a apresentação de um único documento que englobe a elaboração de ambos os projetos licitados ou mesmo mediante a apresentação de atestados individuais para cada tipo de serviço** (um para prevenção e combate a incêndio e pânico e outro para proteção contra descargas atmosféricas).
- 4.1.6.1.2** No que pertine ao "Projeto de Prevenção e Combate a incêndio e Pânico", a aptidão poderá ser aferida por meio de apresentação de atestado de capacidade técnica registrado em outro Conselho Profissional, desde que comprovada a habilitação técnica do respectivo profissional.
- 4.1.6.1.3** Os profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos indicados no(s) atestado(s)/certidão(ões) deverão ser legalmente habilitados pelo CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) ou pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), quando for o caso, para sua execução.
- 4.1.6.1.4** Para comprovação do vínculo da empresa com profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo Conselho Profissional, detentor dos atestados de capacidade técnica, conforme mencionado no item **4.1.6.1**, deve-se apresentar, alternativamente:
- 4.1.6.1.4.1** Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como Contratante.
- 4.1.6.1.4.2** Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.
- 4.1.6.1.4.3** Contrato de prestação de serviço, em que conste o profissional como responsável técnico.
- 4.1.6.1.4.4** Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.
- 4.2** Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal), IV (Regularidade Municipal) e V (Qualificação Técnica) válidos no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.1.1** a **4.1.5** desta cláusula, devendo cumprir as demais exigências.
- 4.3** A regularidade do licitante no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) será constatada por meio de consulta on-line, na fase de habilitação.
- 4.4** No sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), ao assinalar o campo específico no qual declara estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e em seu Anexo I – Termo de Referência, o licitante também estará declarando que não viola a proibição do artigo 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, e que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ficando, assim, dispensado do encaminhamento da declaração em referência.

CLÁUSULA QUINTA
PRAZOS

- 5.1** O prazo de validade da Proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados de sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 5.2** O TRE/SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que receber a convocação, receber ou retirar a Nota de Empenho.
- 5.2.1** Integram a Nota de Empenho, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, o(s) seu(s) anexo(s) e a proposta da Contratada.
- 5.3** O prazo para execução dos serviços é de **90 (noventa) dias** corridos, a partir do recebimento da ordem de serviço, já consideradas as atividades de análises e aprovações no Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe.

5.4 O prazo de vigência da presente contratação é de **180 (cento e oitenta) dias**, a partir da data de recebimento ou retirada da nota de empenho.

5.5 Os prazos de execução e vigência admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA

PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital

6.1.1 Qualquer pessoa poderá:

6.1.1.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, apresentar pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, exclusivamente por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.1.2 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, impugnar o Edital por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.2 O pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia será considerado recebido na primeira hora do expediente do dia útil seguinte, no TRE/SE.

6.1.2.1.1 O horário de funcionamento do TRE/SE é das 7h às 13h.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://www.tre-se.jus.br>.

6.1.2.3 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.2 Classificação das Propostas e Formulação dos Lances

6.2.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item 3.1.

6.2.1.1 O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atendam às exigências deste Edital.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos para todos os itens do lote.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 Os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL de cada item do lote.

6.2.2.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.2.3 Somente será aceito lance inferior ao último valor registrado no sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>) e ofertado pelo mesmo licitante.

6.2.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor para o item, prevalecerá aquele que for recebido em primeiro lugar.

6.2.3 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.2.4 A fase de lances será encerrada mediante aviso de seu fechamento iminente aos licitantes por meio do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>).

6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação

6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), ao licitante classificado em primeiro lugar **para o lote**, na tentativa de obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.1 Caso o licitante classificado em primeiro lugar **para o lote** apresente preço superior ao valor de referência de cada item que o compõe, será convocado a ajustar o(s) preço(s) do(s) item(ns) que se encontrem nessa condição, até o limite e no prazo informados no prazo informado pelo pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, mediante justificativa plausível do licitante.

6.3.1.2 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, que sejam desconformes ou incompatíveis com os preços correntes no mercado e/ou que apresentarem, após a fase de lances e da tentativa de negociação, preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.2.1 Para os efeitos do disposto no item 6.3.1.2, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores para o item:

6.3.1.2.1.1 Valor orçado pelo TRE/SE.

6.3.1.2.1.2 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE/SE.

6.3.1.3 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.2 Condições de habilitação

6.3.2.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na cláusula quarta, deverão ser enviados ou entregues, em ordem de preferência, por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br ou na Seção de Licitações, observado o prazo estipulado pelo pregoeiro, que será de no mínimo 2 (duas) horas, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.2.2 Será admitida a comprovação de regularidade via Internet, por meio de consulta "on-line" a sítios oficiais, inclusive para suprir data vencida em algum documento, ficando dispensada, para os documentos em que for possível esta comprovação, a entrega exigida no item 6.3.2.1 e a apresentação dos originais.

6.3.2.3 Na impossibilidade de consulta ao SICAF e/ou aos sítios oficiais, observar-se-á o item 6.3.2.1.

6.3.2.4 A irregularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada.

6.3.2.4.1 A não regularização referida no item 6.3.2.4 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento.

6.3.3 Outras Disposições:

6.3.3.1 Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

6.3.3.1.1 Na situação prevista no item 6.3.3.1, o Pregoeiro deverá proceder conforme os itens 6.3.1 e 6.3.2.

6.3.3.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

6.3.3.3 Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.3.4 Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global por lote**, desde que atendidas as exigências deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme o item 8.

6.3.3.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar aos licitantes prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação, esboçadas as causas que ensejaram a desclassificação.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao

vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão TCU-Plenário 339/2010).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência – a decisão do Pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade – só o licitante credenciado poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.

7.3.1.5 Motivação – o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao Pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

7.4 Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

7.5 Considerando o Pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.

7.5.1 Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afetaria o entendimento do TRE/SE sobre a questão.

7.5.2 Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

7.6 Cabe ao pregoeiro, receber, examinar, instruir e decidir os recursos em até 5 (cinco) dias úteis.

7.6.1 Quando mantiver sua decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

7.6.2 O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.7 Fica assegurado aos licitantes:

7.7.1 O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

7.7.2 Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, na sede do TRE/SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco – CENAF, Variante 2, Lote 7, Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

7.8 Dos atos praticados com respeito a este Pregão cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de:

7.8.1 Anulação ou revogação deste Pregão, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

7.8.2 Rescisão da Contratação e ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela Autoridade competente do TRE/SE.

7.9 No caso específico da pena de impedimento de licitar, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do TRE/SE, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da publicação do ato na imprensa oficial ou da intimação pessoal do licitante, o que ocorrer por último.

7.10 Recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.10.1 A Diretoria-Geral do TRE/SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens **7.8** e **7.9** desta cláusula.

7.10.2 O recurso será dirigido à Autoridade competente deste Tribunal, por intermédio do Pregoeiro, o qual, em 5 (cinco) dias úteis o encaminhará, devidamente informado, para apreciação e decisão, em idêntico prazo.

CLÁUSULA OITAVA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o lote**.

8.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.

8.2.1 O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para receber ou retirar a nota de empenho, a contar da data em que receber a comunicação, salvo justificativa aceitável.

8.2.2 Se o adjudicatário recusar-se a receber ou retirar a nota de empenho, injustificadamente, será aplicada a regra do item **8.3**.

8.3 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular no ato de recebimento ou retirada da nota de empenho, será convocado outro licitante para fazê-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.4 É vedada ao adjudicatário a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

8.4.1 É vedada a subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE/SE.

8.5 A Autoridade competente do TRE/SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

8.6 A anulação do procedimento deste Pregão por motivo de ilegalidade induzirá a da contratação, não gerando obrigação do TRE/SE em indenizar a Contratada, ressalvado o disposto no item **8.8** desta cláusula.

8.7 A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

8.8 A nulidade não exonera o TRE/SE do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

8.9 No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

9.1.1 Anexo I - Termo de Referência.

9.1.2 Anexo II - Projeto/Planta de Situação da Sede do TRE/SE.

9.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, gerenciamento da contratação, forma de pagamento, alteração de preços e penalidades constam do Anexo I (Termo de Referência).

9.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

9.4 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratadas os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Instrumento, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

9.4.1 O limite estabelecido no item **9.4** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

9.5 A suspensão dos trabalhos, necessariamente registrada, quer por desconexão superior a 10 (dez) minutos, quer por decisão do Pregoeiro, terá seu reinício subordinado à comunicação expressa aos licitantes.

9.6 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade competente do TRE/SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.7 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da sua habilitação.

9.8 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

9.9 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada com base no objeto deste Pregão é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe, Subseção Judiciária de Aracaju, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.10 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

PREGÃO 27/18 – ELETRÔNICO

PROCESSO SEI Nº 0012832-92.2018.6.25.8000

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para elaboração de PROJETOS DE COMBATE A INCÊNDIO, PÂNICO E DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA e sua aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, com memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, a fim de adequar as edificações onde funciona a Sede do TRE/SE, no CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho, em Aracaju/SE.

1.1 DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

LOTE	ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	1	523	Estudos e Projetos de Sistemas de Proteção Contra Incêndio	Estudos e Projetos de Sistemas de Proteção Contra Incêndio e Pânico para o Complexo onde funciona a Sede do TRE/SE	1	26.300,00
	2	574	Estudos e Projetos de Sistemas de Aterramento e Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA	Estudos e Projetos de Sistemas de Aterramento e Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA, para o Complexo onde funciona a Sede do TRE/SE.	1	6.000,00
	3	2222-5	Serviço Engenharia	Elaboração de Planilha orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memoriais descritivos (Especificações), relativos à implementação dos sistemas de Proteção contra incêndio e Pânico e contra descargas Atmosféricas SPDA.	1	6.800,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1						39.100,00

1.2 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

1.2.1 Necessidade de adequar o complexo onde funciona a Sede do TRE/SE às normas vigentes de combate de incêndio e de proteção contra descargas atmosféricas, bem como para suprir os achados 4 e 5 do RELATÓRIO DE AUDITORIA INTEGRADA (SEI 0002562-43.2017.6.25.8000) e garantir a integridade das instalações físicas do imóvel, conferindo o desenvolvimento de suas atividades com segurança.

1.2.2 Justifica-se, portanto, a presente contratação para que as atividades no TRE/SE possam ser executadas com suas instalações físicas seguras e em perfeitas condições de uso.

1.3 JUSTIFICATIVA DA REUNIÃO EM LOTE

1.3.1 Justifica-se a contratação em lote pela necessidade de perfeita compatibilização dos projetos, uma maior agilização na discussão e execução dos mesmos, maior facilidade no acompanhamento e fiscalização da contratação por parte do TRE/SE e nas correções e modificações necessárias. A reunião dos itens em lote único torna o certame mais atrativo, havendo maior competitividade entre os fornecedores, consequentemente, baixando o custo total da contratação, sendo mais vantajosa para a administração.

1.4 JUSTIFICATIVA PARA INCLUSÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1.4.1 Dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Nesse diapasão, o TRE/SE insere em seus procedimentos rotineiros práticas mais sustentáveis de consumo. Ao optar pela busca da sustentabilidade, o TRE se adequa à sua missão constitucional e se habilita a divulgar, promover e até mesmo cobrar da sociedade ações semelhantes.

1.4.2 A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 3º da Lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei nº 12.349/2010).

1.4.3 A adoção de práticas de sustentabilidade ambiental atende à Recomendação nº 11, de 22.5.2007, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que visa à correta preservação e recuperação do meio ambiente, a exemplo da “utilização de edifícios com observância da proteção ao meio ambiente, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, levando em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável - *segurança para o usuário e instalações*”, buscando a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental.

1.4.4 Todos os critérios ambientais inseridos no presente Instrumento respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre os licitantes e não restringem a competição, uma vez que decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

1.4.5 As soluções de sustentabilidade necessitam fazer parte dos projetos, desde sua preconcepção, para que possam alcançar sua efetividade máxima e custo mínimo. Permitem a compra de materiais com minimização de impactos, a previsão de mecanismos de redução na formação de resíduos na fase construtiva e de sua reutilização, uso ou disposição adequados e condicionam os futuros usuários daquele espaço à utilização otimizada prevista em projeto.

2 DOS SERVIÇOS

2.1 Para a execução dos serviços, a Contratada deverá realizar uma vistoria detalhada do complexo onde funciona a Sede do TRE/SE, para cadastramento de todo o sistema de combate a incêndio e Pânico, bem como do sistema de proteção contra descargas atmosféricas existentes, para que, a partir da situação encontrada, sejam elaborados os novos projetos com as adequações necessárias para atendimento aos normativos em vigor.

2.2 Os novos projetos deverão ser aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe e deverão estar acompanhados da planilha orçamentária contemplando os custos necessários para realizar a implantação dos sistemas projetados, do cronograma físico-financeiro com a indicação do prazo da obra e as etapas de execução, além das especificações e memoriais com todos os pormenores de que se constitui essa obra de implantação dos sistemas.

2.3 O objeto da contratação a que se refere este Termo de Referência é composto por:

2.3.1 Projeto de Prevenção e Combate a incêndio e Pânico

2.3.1.1 O projeto deverá contemplar todo o complexo onde funciona a Sede do TRE/SE, como o Prédio Principal, o Anexo, o Depósito de Urnas, o Almoxarifado, o Galpão da Comac, o Alojamento de Terceirizados, o Espaço de Convivência, a Oficina, a Garagem de veículos oficiais, a área da Subestação, Grupo Gerador e a Lixeira, dele devendo constar quando for o caso:

2.3.1.1.1 Sistema de proteção por extintores de incêndio.

2.3.1.1.2 Sistema de proteção por hidrantes de parede.

2.3.1.1.3 Sistema de detecção automática e alarme de incêndio (SDAI).

2.3.1.1.4 Sistema de proteção por chuveiros automáticos.

2.3.1.1.5 Sistema de iluminação de emergência em todas as rotas de saída da edificação e nos locais que estimulem a concentração de público, conforme legislação pertinente.

2.3.1.1.6 Sistema de sinalização de segurança contra incêndio e pânico.

2.3.2 Projeto de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA

2.3.2.1 O projeto deverá contemplar todo o complexo onde funciona a Sede do TRE/SE, como o Prédio Principal, o Anexo, o Depósito de Urnas, o Almojarifado, o Galpão da Comac, o Alojamento de Terceirizados, o Espaço de Convivência, a Oficina, a Garagem de veículos oficiais, a área da Subestação, Grupo Gerador e a Lixeira.

2.3.2.2 Deverão constar no projeto, quando for o caso, o encaminhamento e a fixação dos cabos, o aterramento, caixas de inspeção, descidas, malhas, sistema de equalização e demais critérios, requisitos e exigências de praxe.

2.3.3 Planilha Orçamentária

2.3.3.1 Planilha orçamentária para obra de implantação/adequação dos sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e de Proteção contra descargas atmosféricas, em versão eletrônica, com valores de todos os itens e subitens que compõem a obra, baseados nos quantitativos levantados de cada serviço.

2.3.4 Cronograma Físico-Financeiro

2.3.4.1 Planejamento para execução da obra em etapas de serviços, com valores mensais de pagamento, também executado em versão eletrônica.

2.3.5 Caderno de Especificações

2.3.5.1 Corresponde à concepção e à representação final das informações técnicas das edificações e de seus elementos, instalações e componentes construtivos, completas, definitivas, necessárias e suficientes à execução de cada etapa dos serviços da obra, sendo permitida a indicação de marca, desde que contemplada a possibilidade de utilização de similares.

3 DOS PRAZOS

3.1 O prazo de execução da contratação é de **90 (noventa) dias**, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, já consideradas as atividades de análises e aprovações no Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe.

3.2 O prazo de vigência da presente contratação é de **180 (cento e oitenta) dias**, a partir da data de recebimento ou retirada da nota de empenho.

3.3 Os prazos de execução e vigência admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/93.

4 DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1 A Empresa contratada deverá fornecer proposta para elaboração do **Projeto de Prevenção e Combate a incêndio e Pânico, Projeto de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Caderno de Especificações**. Além do valor total, a proposta deverá indicar o preço para cada item indicado na tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

4.2 Os projetos serão elaborados para o Complexo onde funciona a SEDE do TRE/SE em Aracaju/SE.

4.3 Na elaboração dos novos projetos, devem ser aproveitadas as instalações existentes que estejam em conformidade com as leis em vigor.

4.4 Os projetos deverão ser elaborados com soluções que permitam flexibilidade e durabilidade:

4.4.1 Adotar soluções construtivas que garantam maior flexibilidade na implantação/adequação dos sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e de Proteção contra descargas atmosféricas, de maneira a permitir fácil adaptação às mudanças de uso do ambiente ou de usuário, no decorrer do tempo, e evitar reformas que possam causar grande impacto ambiental, pela produção do entulho.

4.4.2 Adoção de materiais que sejam duráveis, não somente pelas suas características técnicas, mas também em função do seu desempenho e comportamento ao longo do tempo, o que resulta em longevidade para o edifício.

(Fonte: Grupo de Trabalho em Sustentabilidade da Asbea – obtida através de consulta a edital de pregão eletrônico do TCU).

4.4.3 A pintura das tubulações que compõem os sistemas deverão ser indicadas nos projetos.

5 COMPOSIÇÃO DOS PROJETOS

5.1 Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico

5.1.1 O projeto de prevenção e combate a incêndio deverá obedecer rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe.

5.1.2 A Contratada deverá executar o cadastramento do sistema de combate a incêndio e Pânico, bem como do sistema de proteção contra descargas atmosféricas existentes, do Complexo onde funciona a Sede do TRE/SE e o levantamento das necessidades em conformidade com as normas indicadas no item 5.1.1. O Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio a ser projetado deverá contemplar, desde que necessário, todos os sistemas indicados no item 2.3.1, que deverão proteger todas as dependências da edificação.

5.1.2.1 No tocante aos extintores de Incêndio, a CONTRATADA deverá fazer levantamento da existência atual e necessidade futura dos extintores de incêndio quanto à localização, tipos e capacidades.

5.1.2.1.1 O projeto será composto de Planta de situação/locação, com a distribuição dos extintores, indicando suas categorias de extinção, além da sua identificação e sinalização.

5.1.2.2 Em relação à rede de Hidrantes, a CONTRATADA deverá fazer levantamento da rede existente e a necessidade futura, contemplando todos os itens necessários para o perfeito funcionamento do sistema.

5.1.2.2.1 Caso haja a necessidade da troca ou conserto de algum equipamento existente no sistema de combate ao incêndio por hidrantes, caberá à Contratada indicar em seu Projeto.

5.1.2.2.2 Deverá ser analisada a situação da fonte de abastecimento de água que atualmente alimenta o sistema, tanto no que diz respeito ao seu dimensionamento, quanto às suas condições de funcionamento atual.

5.1.2.2.3 O projeto desse sistema será composto por planta de situação/locação, planta de distribuição de hidrantes, representação isométrica, desenhos esquemáticos referentes às bombas, reservatórios e abrigos, detalhes executivos e detalhes das saídas dos reservatórios.

5.1.2.3 Para o Sistema de detecção automática e alarme de incêndio, deverá ser avaliada a necessidade de instalação desse sistema, considerando a destinação e o uso dos ambientes, sempre seguindo as exigências normativas.

5.1.2.3.1 O Projeto deverá indicar toda a rede necessária para o seu funcionamento, bem como todos os itens necessários para o perfeito funcionamento do sistema.

5.1.2.3.2 Se for observada a necessidade, o Projeto deverá conter a distribuição dos detectores de fumaça, de aspiração, acionadores manuais, sinalizadores e módulos de controle, bem como os detalhes gerais para a sua execução/instalação nos ambientes.

5.1.2.4 Deverá ser avaliada a necessidade de instalação do Sistema de proteção por chuveiros automáticos, considerando a destinação e o uso dos ambientes, sempre seguindo as exigências normativas e, se for o caso, o Projeto deverá indicar toda a rede necessária para o seu funcionamento, bem como todos os itens necessários para o perfeito funcionamento do sistema.

5.1.2.4.1 Os chuveiros automáticos deverão ser suficientes para efetuar a descarga automática da água sobre o foco do incêndio, numa densidade adequada para controlar ou extinguir o fogo no estágio inicial, com funcionamento simultâneo do alarme e da alimentação de água.

5.1.2.5 Deverá ser elaborado um projeto contemplando o Sistema de iluminação de emergência. O projeto do sistema de iluminação e sinalização para abandono de local tem a finalidade de conduzir as pessoas para fora das edificações de forma segura, por isso, é necessária boa condição de visibilidade e quantidade suficiente para que seja visualizada em qualquer ponto da edificação.

5.1.2.6 A Contratada deverá elaborar projeto de sinalização de segurança contra incêndio e pânico para todo o complexo onde funciona a Sede do TRE/SE.

5.1.2.6.1 O projeto deverá seguir a prescrição das normas do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe.

5.1.2.6.2 A sinalização de emergência tem como finalidade reduzir o risco de ocorrência de incêndio, alertando para os riscos existentes e garantir que sejam adotadas ações adequadas à situação de risco, que orientem as ações de combate e facilitem a localização dos equipamentos e das rotas de saída para abandono seguro da edificação em caso de incêndio.

5.1.2.7 O Projeto de Prevenção e Combate a incêndio e Pânico deverá ser apresentado devidamente aprovado no Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe.

5.1.2.8 Deverá ser apresentada a Memória de Cálculo dos sistemas projetados.

5.1.2.9 Junto com os projetos, deverão ser apresentados seus memoriais descritivos, contemplando todas as especificações detalhadas dos serviços a serem realizados e dos materiais a serem empregados.

5.1.2.10 Deverá ser apresentada ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do projeto de Prevenção e Combate a incêndio e Pânico.

5.2 Projeto de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA

5.2.1 A Contratada deverá executar o cadastramento do sistema de SPDA existente em todo o Complexo onde funciona a Sede do TRE/SE e o levantamento das necessidades em conformidade com as normas vigentes.

5.2.2 O projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA) deve ser elaborado em conformidade com as normas da ABNT, principalmente a NBR 5419, bem como com as normas do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe, prevendo proteção das instalações contra surto provocado por descarga atmosférica, transitórios ou falhas de operação e sistema de aterramento específico, com previsão de ligação equipotencial à malha de terra do SPDA.

5.2.3 O Projeto de SPDA (Sistema de proteção contra descarga atmosférica) deverá contemplar a localização e identificação dos para-raios e terminais aéreos, os captadores, descidas, caixas de equipotencialização e todos os detalhes necessários para a perfeita execução do sistema.

5.2.4 Deverá ser apresentada Planta geral constando todos os procedimentos de execução.

5.2.5 Elaboração do Memorial Descritivo e Especificações dos materiais a serem utilizados.

5.2.6 Deverá ser apresentada a Memória de Cálculo dos sistemas projetados.

5.2.7 O Projeto de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA) deverá ser apresentado devidamente aprovado no Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe, recaindo os custos para a sua aprovação às expensas da Contratada.

5.2.8 Deverá ser apresentada ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do projeto de SPDA.

5.3 Planilha Orçamentária

5.3.1 A planilha orçamentária para execução da obra deverá ser analítica, com composições de custos unitários de cada etapa da obra, levando em consideração todos os insumos necessários à execução dos serviços, devendo constar todos os itens e subitens que compõem a obra de implantação dos sistemas projetados.

5.3.1.1 Na elaboração do orçamento, deve-se utilizar prioritariamente os insumos do SINAPI e, na sua falta, os constantes no sistema de orçamentação ORSE (Desenvolvido pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas do Estado de Sergipe).

5.3.1.2 A Planilha Orçamentária deverá ser entregue em sistema de orçamentação eletrônica.

5.3.1.3 Nessa planilha não devem existir itens que incluam verbas, bem como devem ser previstos os custos passíveis de serem apropriados como custo direto, a exemplo de administração da obra, mobilização e desmobilização, que não podem fazer parte da formação do BDI.

5.3.2 Deverá ser apresentado o detalhamento do BDI utilizado na elaboração do orçamento.

5.3.3 Detalhar o percentual de encargos sociais que será aplicado na elaboração do orçamento, sobre o valor da mão de obra.

5.3.4 Elaborar um orçamento com desoneração e outro sem a desoneração da mão de obra.

5.3.5 Apresentar Declaração de que o orçamento elaborado apresenta preços em consonância com o item 5.3.1.1.

5.3.6 Apresentar o relatório analítico das composições de preços unitários utilizados no orçamento elaborado para a execução dos serviços projetados;

5.3.7 Apresentar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do orçamento executado.

5.4 Cronograma Físico-Financeiro

5.4.1 Elaborar o cronograma físico-financeiro para execução da obra em etapas de serviços de acordo com o prazo necessário para executar os serviços de implantação/adequação dos sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e de Proteção contra descargas atmosféricas, com valores mensais de pagamento.

5.5 Caderno de Especificações

5.5.1 Devem ser produzidas informações técnicas relativas aos projetos elaborados, com todo o detalhamento necessário e indispensável à perfeita execução dos serviços de cada atividade dos projetos de **Prevenção e Combate a incêndio e Pânico e de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)**, contendo descrição detalhada e pormenorizada de cada Etapa do Serviço e de todos os materiais a serem utilizados na implantação dos sistemas.

5.5.2 Na elaboração do objeto deste Instrumento, a Contratada deverá levar em consideração critérios de sustentabilidade ambiental na concepção dos projetos, visando à economia da manutenção e operacionalização dos sistemas, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

6.2 Elaborar todos os projetos e documentos de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe, Legislação Federal, Estadual e Municipal, atentando-se a Contratada ao previsto nas normas sobre acessibilidade (NBR 9050/2015 e Lei nº 10.098/2000).

6.3 Todos os projetos devem vir acompanhados da respectiva ART, na qual figurará como Contratante o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, e deverão ser entregues gravados em CD-R e plotados em papel sulfite (em duas cópias de cada planta), de acordo com as normas Técnicas da ABNT e com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe, acompanhados de todos os detalhes necessários para a boa execução da obra, devendo ser digitalizados em Autocad, na versão mínima de 2011.

6.4 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Instrumento convocatório.

6.5 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação e pelo cumprimento da legislação de âmbito federal, estadual e municipal, pertinente ao objeto contratado, bem como pelos danos decorrentes de erros de projeto, provenientes de culpa ou dolo da Contratada.

6.6 Antes da apresentação da versão final, deverá ser entregue um jogo completo de cada sistema projetado, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e caderno de especificações para análise da fiscalização.

6.7 Indicar, no prazo de recebimento da Nota de Empenho (dois dias úteis), preposto para representá-la na execução do objeto contratual, reservando-se o TRE/SE o direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a Contratada deverá, no mesmo prazo, indicar outro representante.

6.7.1 Presume-se representante da Contratada o responsável pelo recebimento na Nota de Empenho, se outro não houver sido indicado.

6.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução da contratação.

6.9 Não sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir totalmente) esta Contratação.

6.10 Não subcontratar parcialmente o objeto desta Contratação, associar-se com outrem, ceder ou transferir parcialmente o objeto da contratação, de modo a prejudicar a sua execução, a juízo do TRE/SE.

6.11 Ceder e transferir, de forma irrevogável e irrevogável, os direitos patrimoniais relativos aos projetos objeto do presente Instrumento, nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93.

6.12 Os textos inerentes ao objeto contratado deverão ser digitalizados em WORD e entregues em duas vias em papel e em cópia digitalizada(CD-R).

6.13 Fazer constar dos carimbos, no mínimo, as seguintes informações:

6.13.1 Objeto do desenho ou planta.

6.13.2 Razão Social da Contratada.

6.13.3 Razão Social do Contratante.

6.13.4 Nome do responsável técnico pelo projeto, habilitação e registro profissional.

6.13.5 Nome do arquivo em AUTOCAD.

6.13.6 Escala.

6.13.7 Data de produção do desenho ou arquivo.

6.14 Fazer constar de todos os textos que integrem a produção, nas diversas fases, o timbre da Contratada e o(s) nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) projeto(s), com indicação do(s) respectivo(s) registro(s) no conselho(s) profissional(is) correspondente(s) e habilitação explicitada.

6.15 Corrigir os desenhos e plantas gerados se ficar demonstrada alguma imperfeição, ainda que seja no momento da implantação dos sistemas de segurança, sem qualquer ônus adicional para o TRE/SE, no prazo de 15 (quinze) dias.

6.16 Deverá atender às normas previstas de acessibilidade para deficientes físicos, visuais e auditivos.

6.17 Utilizar-se de forma privativa e confidencial das informações e documentos fornecidos pelo TRE/SE para execução dos serviços.

6.18 Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o n.º de telefone fixo, celular e fax, para que o TRE/SE mantenha os contatos necessários.

6.19 Todos os projetos e documentos referentes ao objeto contratado deverão ser entregues em versão final com as aprovações do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe, cabendo única e exclusivamente à Contratada o ônus referente às despesas de aprovação, se houver.

6.20 Seguir os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável) para a elaboração das estratégias sustentáveis.

6.21 Desenvolver todos os projetos em conformidade com as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais (Decreto n.º 92.100, de 10/12/85), com ênfase a sustentabilidade e demais normas pertinentes, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pelo Contratante.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1 Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto desta Contratação.

7.2 Comunicar imediatamente à Contratada qualquer ocorrência.

7.3 Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidas na contratação.

8 CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação será realizada pela Coordenadoria de Obras e Serviços – COSER, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas neste Instrumento e na proposta da Contratada e a aceitação por meio de atestação exarada na nota fiscal ou fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

8.2 A fiscalização será exercida no interesse do TRE/SE, não excluindo ou reduzindo esta atividade a responsabilidade da Contratada pela adequada execução do objeto contratado e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE/SE ou a terceiros.

8.3 A Gestão/Fiscalização da Contratação rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Instrumento, na respectiva proposta e na nota de empenho.

8.4 Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

8.5 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo de acordo com a complexidade do caso.

8.6 A Gestão/Fiscalização da Contratação fiscalizará a prestação dos serviços objeto desta contratação, com poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

8.7 Pela perfeita e fiel entrega de todos os Projetos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Caderno de Especificações referentes ao objeto deste Termo de Referência, o TRE/SE efetuará o pagamento do preço em até 20 (vinte) dias úteis contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessárias à atestação pela Gestora da Contratação, através de qualquer tipo de Ordem Bancária.

8.7.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no §3º do art. 5º, da Lei 8.666/93, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da atestação emitida pela Gestora da Contratação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a Nota Fiscal/Fatura necessários à atestação.

8.7.2 A atestação será efetuada em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da efetiva entrega da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, conforme item 8.7.

8.7.2.1 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pela Gestora da Contratação.

8.7.2.2 Fica assegurado ao TRE/SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, especificações, projetos ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então serem justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

8.8 Para o pagamento, a Gestora da Contratação confirmará a regularidade da Contratada relativa à Seguridade Social - INSS, através da CND - Certidão Negativa de Débitos, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.8.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1>; <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/CRF/FgeCFCriteriosPesquisa.asp> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

8.8.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

8.8.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e na nota de empenho.

8.8.4 Eventual mudança do CNPJ da Contratada (matriz/filial), encarregada da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

8.8.5 De acordo com os Decretos nº 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá dos prestadores de serviços sediados fora do Município de Aracaju a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo IV do Decreto nº 3.393/2011, atualizado pelo Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

8.8.6 A Contratada deverá previamente à emissão da nota fiscal efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br/>.

8.8.7 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestora da Contratação.

8.9 Na hipótese de não ocorrer o pagamento na data prevista, conforme o caso, no item 8.7 ou 8.7.1, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$.

8.9.1 Salvo a atualização financeira prevista no item 8.9, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

8.10 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da Contratada, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

8.11 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à Contratada suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE/SE encargos financeiros adicionais.

8.12 Não haverá reajuste, uma vez que o prazo de vigência da contratação é inferior a 1 (um) ano.

9 DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial da contratação o TRE/SE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência por inexecução parcial da contratação que não trazer prejuízo à execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestora da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique imposição de penalidade mais grave.

9.1.1.1 A advertência será aplicada pela Gestora da Contratação, mediante aviso escrito à Contratada, após 5 (cinco) dias úteis para sua manifestação, sem justificativa ou com justificativa insuficiente.

9.1.2 Multa sobre o valor total da contratação:

9.1.2.1 De até 5% (cinco por cento), quando não facilitar, atender ou informar o solicitado pela Gestora da Contratação.

9.1.2.2 De até 10% (dez por cento), quando cumprir irregularmente as obrigações, especificações, projetos ou prazos.

9.1.2.3 De até 15% (quinze por cento) quando não cumprir as obrigações, especificações, projetos ou prazos.

9.1.2.4 De até 20% (vinte por cento) quando não substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Gestora da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem defeitos, ainda que só detectados quando da sua utilização.

9.2 O atraso injustificado na execução do objeto deste Instrumento sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do lote contratado, por dia de atraso na entrega do objeto, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

9.3 As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas em Lei.

9.4 As multas previstas neste Instrumento, bem como o valor necessário à reparação dos danos, serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE/SE ou cobradas judicialmente.

9.5 Para que seja aplicada a sanção prevista no item 9.1.2, deve ser facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

9.6 As multas serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

9.7 O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

9.7.1 **Por até 1 (um) ano**, no caso de ensejar o retardamento do fornecimento/execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

9.7.2 **Por até 2 (dois) anos**, no caso de não manter a proposta, deixar de entregar documentação exigida para o certame, ou, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não receber ou retirar a nota de empenho, ou, no caso de retardamento da execução do objeto ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao Contratante.

9.7.3 **Por até 5 (cinco) anos**, quando apresentar documentação (exigida para o certame) falsa, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

9.8 A sanção do item 9.7 poderá ser aplicada conjuntamente com a sanção dos itens 9.1.2 e 9.2.

9.9 A sanção prevista no item 9.7 é de competência da Diretoria-Geral do TRE/SE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

9.10 A culpabilidade da Contratada será aferida objetivamente, sendo o prejuízo concretamente demonstrado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que documentará todos os contatos e fixará prazos de atendimento. As circunstâncias que envolverem a conduta da Contratada, ensejadoras da graduação da penalidade sugerida, deverão ser apreciadas pela Gestora pormenorizadamente, com opinativo em função do grau de prejudicialidade da atuação da Contratada.

9.11 À Contratada que se enquadrar em determinada conduta penalizável se aplicarão os seguintes critérios:

9.11.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE/SE.

9.11.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE/SE.

9.11.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

9.11.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

9.11.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens 9.11.1 e 9.11.2, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da Contratada e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

9.12 A advertência referida no item 9.1.1.1, assim como as notificações previstas nesta cláusula, serão realizadas preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

10 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

10.1 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto desta licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

10.1.1 O limite estabelecido no item 10.1 poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

11 RESCISÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1 A inexecução total ou parcial da contratação ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

11.2 Constituem motivos para a rescisão da Contratação:

11.2.1 O não cumprimento de obrigações, especificações, projetos ou prazos.

11.2.2 O cumprimento irregular de obrigações, especificações, projetos ou prazos.

11.2.3 A lentidão no cumprimento da contratação, levando o TRE/SE a comprovar a impossibilidade de execução do objeto no prazo estipulado.

11.2.4 O atraso injustificado no início da execução dos serviços contratados.

11.2.5 A paralisação da execução contratual, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante.

11.2.6 A sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

11.2.7 A subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE/SE.

11.2.8 O descumprimento das determinações regulares da Gestão/Fiscalização da Contratação, bem como das dos seus superiores hierárquicos.

11.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução contratual.

11.2.10 A decretação de falência.

11.2.11 A dissolução da sociedade.

11.2.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do TRE/SE, prejudique a execução da contratação.

11.2.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente do TRE/SE.

11.2.14 A supressão, por parte da Administração, de materiais/serviços, acarretando modificação do valor inicial da contratação além do limite estabelecido no item 10 deste Instrumento, na hipótese de não celebração do acordo previsto no item 10.1.1.

11.2.15 A suspensão da execução contratual, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

11.2.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo TRE/SE, decorrentes de objeto já fornecido/executado e devidamente conferido, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

11.2.17 A não liberação da área, local ou objeto para execução da contratação, por parte do TRE/SE, nos prazos contratados.

11.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução desta contratação.

11.2.19 O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.3 A rescisão poderá ser:

11.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos itens 11.2.1 a 11.2.13 e 11.2.18 deste Instrumento.

11.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o TRE/SE.

11.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

11.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da Gestora da Contratação e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente do TRE/SE.

11.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 11.2.13 a 11.2.18, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução desta contratação até a data da rescisão.

11.6 A rescisão motivada por qualquer das condições definidas nos itens 11.2.1 a 11.2.13 e 11.2.18 acarreta a retenção dos créditos decorrentes desta contratação, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento.

12 DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão Contratante, caso em que será comunicado à Contratada.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, que são aquelas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores para o item:

13.1.1 Valor orçado pelo TRE/SE.

13.1.2 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE/SE.

13.2 O licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

13.2.1 Para fins de atendimento à exigência do item 13.2, a execução de projetos deve contemplar as condições estabelecidas no quadro abaixo, inadmitindo-se a soma de atestados, em função da complexidade técnica derivada da diversidade de prédios e das amplas dimensões do complexo correspondente à sede do TRE/SE.

Serviço	Área
Projeto de Prevenção e Combate a incêndio e Pânico	5.000,00 m²
Projeto de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	5.000,00 m²

13.2.1.1 A comprovação poderá ser efetivada mediante a apresentação de um único documento que englobe a elaboração de ambos os projetos licitados ou mesmo mediante a apresentação de atestados individuais para cada tipo de serviço (um para prevenção e combate a incêndio e pânico e outro para proteção contra descargas atmosféricas).

13.2.2 A comprovação de aptidão referida no item 13.2 será feita mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica devidamente registrado(s) no CREA, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do profissional de nível superior reconhecido pelo mencionado Conselho; ou por certidões de acervo técnico – CAT('S), igualmente emitida(s) pelo CREA, devendo constar, em quaisquer dos documentos, no mínimo, as características e a área dos serviços realizados.

13.2.2.1 A comprovação de aptidão, na forma estabelecida no item 13.2.2 para o "Projeto de Prevenção e Combate a incêndio e Pânico" poderá ser aferida por meio de apresentação de atestado de capacidade técnica registrado em outro Conselho Profissional, desde que comprovada a habilitação técnica do respectivo profissional.

13.2.2.2 Os profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos indicados no(s) atestado(s)/certidão(ões) deverão ser legalmente habilitados para sua execução, pelo CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) ou pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), quando for o caso.

13.2.2.3 Para comprovação do vínculo da empresa com profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo Conselho Profissional, detentor dos atestados de capacidade técnica, conforme mencionado no item 13.2.2, deve-se apresentar, alternativamente:

13.2.2.3.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como Contratante.

13.2.2.3.2 Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

13.2.2.3.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste o profissional como responsável técnico.

13.2.2.3.4 Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

13.3 Deve-se ainda comprovar o registro junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertençam o licitante e os responsáveis técnicos por ele indicados, o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física ou de Relatórios atinentes à empresa e ao profissional, emitidos via consulta ao site do Conselho Profissional correspondente.

13.4 A fim de justificar os limites de áreas indicados na Tabela do item 13.2.1 e para subsidiar a elaboração das propostas das empresas participantes do procedimento licitatório, disponibiliza-se como anexo a planta de situação da Sede do TRE/SE. Qualquer projeto adicional só será fornecido para a empresa que for Contratada para a execução dos serviços objeto deste Pregão.

14 DO FORO

14.1 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada com base no objeto deste Pregão é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe, Subseção Judiciária de Aracaju, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), a Lei 10.520, de 17/7/2002, o Decreto 5.450, de 31/5/2005, a Lei Complementar 123, de 14/12/2006, o Decreto 8.538, de 6/10/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/6/1993.

PREGÃO 27/18 – ELETRÔNICO

PROCESSO SEI Nº 0012832-92.2018.6.25.8000

ANEXO II - PROJETO/PLANTA DE SITUAÇÃO DA SEDE DO TRE/SE

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ROBERTO CAVALCANTI PEREIRA**, Analista Judiciário, em 25/06/2018, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&cid_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0545436** e o código CRC **1930D228**.